

Com. Brasil Nova perspectiva

* 6 AGO 1989

Oswaldo Peralva JORNAL DE BRASÍLIA

O Congresso Nacional deverá indicar, em breves dias, o nome do superministro da economia, que terá a magna tarefa de combater a inflação. Não quer dizer que se haja milagrosamente descoberto a solução para um problema que vem de longe, de muito longe. Mas a fórmula responde, ao menos em parte, a um pensamento que se está tornando consensual: conter o ímpeto do processo inflacionário é missão dos políticos, e não dos tecnocratas, que têm falhado desastrosamente em seus esforços. E é preciso, sobretudo, o respaldo da sociedade para as medidas a serem adotadas.

Entre as lideranças partidárias e parlamentares tem circulado essa opinião, que foi endossada igualmente pelo presidente José Sarney em sua recente entrevista pela televisão.

Desde logo é de aplaudir o novo relacionamento entre os dois poderes da República — o

Legislativo e o Executivo —, em lugar do confronto existente até há pouco, quando o chefe do Governo considerava o País ingovernável com a atual Constituição, híbrida de parlamentarista e presidencialista, e os parlamentares derrotavam medidas provisórias do Planalto, acusando-se de impositivas e sem as necessárias e prévias negociações.

Assim, a melhoria de relações é um dado positivo. Isso não assegura, entretanto, a credibilidade indispensável para que as providências antiinflacionárias tenham êxito. Acontece que a imagem do Legislativo se acha tão desgastada quanto a do Executivo, e a verdade é que as esperanças da sociedade se voltam agora para os resultados do pleito eleitoral de 15 de novembro.

Mas, nem tudo está perdido. Se a escolha do superministro recair numa personalidade que goze de confiança pública, e

se contar com o apoio efetivo dos dois poderes, o objetivo principal há de ser atingido — isto é, o de evitar um agravamento da inflação, o que também significa evitar o agravamento das condições de vida das populações mais carentes. Em suma, evitar explosões sociais capazes de perturbar a marcha da campanha eleitoral.

O objetivo mais ambicioso será o de reduzir, mês a mês, as taxas inflacionárias — missão tanto mais difícil de ser cumprida porque implicará sacrifícios impostos a uma sociedade já penalizada em suas camadas pobres e médias inferiores. E as preocupações eleitorais hão de interferir, inevitável e fatalmente, na conduta dos que vão votar e, portanto, decidir o grau de sacrifícios a impor.

Apesar de tudo, a iniciativa é válida. Com esse entrosamento entre o Palácio do Planalto e o Palácio do Congresso, melhoram as perspectivas.